

## **LAZER, TERRITÓRIO E POLÍTICA CULTURAL PÚBLICA: a noção de comunidade nos Pontos de Cultura/Cultura Viva**

Agustín Arosteguy<sup>1</sup>  
Buenos Aires, Bs.As., Argentina

Christianne Luce Gomes<sup>2</sup>  
Belo Horizonte, MG, Brasil

**RESUMO:** Este trabalho focaliza a política cultural pública denominada Pontos de Cultura/Cultura Viva (2004-2016) com o intuito de compreender sua implementação nas territorialidades geográficas urbanas denominadas 'comunidade' na cidade de Belo Horizonte/MG. Como essa política foi pensada para dinamizar, promover e estimular a cultura de base comunitária em todas as regiões do Brasil, nesse artigo procura-se entender o significado teórico-prático dessa territorialidade nomeada como 'comunidade' por meio do estudo de caso de dois pontos de cultura belo-horizontinos.

**Palavras-chave:** Lazer. Política Cultural Pública. Comunidade. Identidade.

### **LEISURE, TERRITORY AND PUBLIC CULTURAL POLICY: the notion of community in the Points of Culture/Cultura Viva**

**ABSTRACT:** This work focuses on the public cultural policy called Points of Culture/Cultura Viva (2004-2016) in order to understand how it operates in urban geographical territories called 'community' in the city of Belo Horizonte/MG. As this policy was designed to streamline, promote and stimulate community-based culture in all regions of Brazil, this article seeks to comprehend the meaning of this territoriality named as 'community' both in theory and in practice taking as a case study two cultural associations of Belo Horizonte.

**Keywords:** Leisure. Public Cultural Policy. Community. Identity.

---

<sup>1</sup> Pós-doutor no Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires/CONICET e pesquisador do Grupo LUCE: Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG) e do Grupo Cultura, Naturaleza y Territorio (UBA). Instituto de Geografía Romualdo Ardissonne/CONICET. Universidad de Buenos Aires. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. E-mail: [agarosteguy@yahoo.com.ar](mailto:agarosteguy@yahoo.com.ar)

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação, com Pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais. Pesquisadora da Fapemig (PPM), bolsista DTI-A do CNPq e Líder do Grupo de pesquisa LUCE: Ludicidade, Cultura e Educação (UFMG/CNPq). Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq/Fapemig. Grupo de Pesquisa LUCE: Lucidade, Cultura e Educação. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [chrislucegomes@gmail.com](mailto:chrislucegomes@gmail.com)

## **OCIO, TERRITORIO Y POLÍTICA CULTURAL PÚBLICA: la noción de comunidad en los Puntos de Cultura/Cultura Viva**

**RESUMEN:** Este trabajo se centra en la política cultural pública llamada Puntos de Cultura/Cultura Viva (2004-2016) con el fin de entender cómo funciona en territorios geográficos urbanos llamados "comunidad" en la ciudad de Belo Horizonte/MG. Como esta política fue diseñada para dinamizar, promover y estimular la cultura basada en la comunidad en todas las regiones de Brasil, este artículo busca comprender el significado de esta territorialidad llamada 'comunidad' tanto en teoría como en la práctica tomando como caso de estudio dos Puntos de cultura de Belo Horizonte.

**Palabras-clave:** Ocio. Política Cultural Pública. Comunidad. Identidad.

### **Introdução**

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado, e focaliza a política cultural pública denominada Ponto de Cultura/Cultura Viva com o intuito de compreender sua implementação nas territorialidades geográficas urbanas denominadas 'comunidade' na cidade de Belo Horizonte/MG (AROSTEGUY, 2018). O conceito de 'comunidade' está definido desde o início dessa política, sendo clarificado tanto nas publicações do Ministério de Cultura (Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária - MinC, 2005; Relatório de redesenho do Programa Cultura Viva - MinC, 2012; Programa Cultura Viva – Documento Base - MinC, 2013), quanto nos documentos oficiais (dois editais de Minas Gerais, o primeiro corresponde ao edital de seleção para implementação de Pontos de Cultura no Estado de Minas Gerais, de 19 de dezembro de 2008, e o segundo, ao edital do Fundo Estadual de Cultura para Pontos e Pontões de Cultura, de 20 de maio de 2016; a Lei 13.018, Política Nacional de Cultura Viva (PNCV); os critérios para a autodeclaração).

É importante mencionar que, na atualidade, tanto a política cultural pública quanto o programa do qual ela fazia parte, foram extintos. Iniciaram-se, ambos, em 2004 e estiveram em vigência até junho de 2016 quando, após o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer como novo presidente, a política ficou sem apoio governamental. Assim, um conjunto de políticas foi descontinuada ou, simplesmente, negligenciada enquanto projeto político. Nesse sentido, os 12 anos contínuos desta política fizeram dela um evento extraordinário dentro da política cultural brasileira e, portanto, relevante de ser estudada mesmo sendo parte do passado recente.

A leitura e análise dos documentos acima mencionados evidenciaram que a ação Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva constituíram uma política cultural pensada a partir do território. Ou seja, a característica principal da política foi a circunscrição de um determinado território baseado na proximidade, na afinidade e nos sentimentos de

pertencimento, representatividade e identificação. E esse território é denominado de comunidade. Desse modo, partindo de uma análise teórica, este artigo busca compreender como o conceito territorial de 'comunidade' deu-se no cotidiano de dois pontos de cultura situados na cidade de Belo Horizonte/MG. A partir das atividades específicas de lazer e culturais de cada associação cultural, busca-se entender como cada uma opera na sua territorialidade de base comunitária.

### Desenho metodológico

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa e envolveu análise documental, observação participante nas duas associações culturais selecionadas na pesquisa, e realização de entrevistas individuais semiestruturadas. Como complemento, a metodologia contemplou alguns elementos da metodologia desenvolvida por Marcelo Matos (2010), sobretudo no que diz respeito aos aportes que fundamentam a dimensão simbólica, traduzida na afetividade dos habitantes pelo território que habitam.

A escolha de dois pontos de cultura – Casa do Beco e Grupo Luna –, baseia-se em uma junção de motivos. O primeiro deles é a trajetória continuada e ininterrupta das atividades desenvolvidas por essas duas associações. Desta maneira, tanto a Casa do Beco quanto o Grupo Luna já realizavam suas atividades muito antes da implantação da política Ponto de Cultura, e continuam desenvolvendo suas ações de maneira independente e autônoma até os dias de hoje. Isto faz com que sejam duas das associações mais antigas de Belo Horizonte. O segundo critério que levou a essa escolha é o fato dessas associações ocuparem lugares próximos a zonas consideradas “centrais” – e no caso da Casa do Beco, o metro quadrado mais caro da cidade –, embora simbolicamente estejam ambas “excluídas” dos circuitos culturais oficiais ou hegemônicos da capital mineira. Nesse sentido, os dois pontos de cultura selecionados não são frequentados pelos mesmos públicos, nem atendem à mesma lógica capitalista da cultura. E o terceiro e último motivo é que, devido às suas longas trajetórias, ambas as associações possuem um grande reconhecimento no seu bairro, um alto grau de identificação com os moradores e desenvolvem um papel relevante na dinamização dos referidos territórios.

Para realizar a pesquisa de campo com observação participante, anotações de campo e entrevistas, foi solicitada a colaboração voluntária dos coordenadores e responsáveis pelos pontos de cultura, que se prontificaram a responder questões e ceder informações mediante conversas ocorridas durante as visitas com os profissionais e professores que trabalham e com os alunos que participam das atividades. Os sujeitos entrevistados foram diretores e/ou coordenadores dos pontos (3 voluntários); trabalhadores e profissionais que atuam nos pontos (3); participantes das atividades (2). Essas estratégias metodológicas serão detalhadas a seguir.

Com o intuito de aprofundar a percepção do território, durante a observação participante foi realizado o registro escrito, visando documentar aspectos importantes para o alcance dos objetivos propostos. Esses aspectos incluíram desde conversas nos pontos de cultura até situações percebidas nas ruas. Portanto, foram documentados traços mais formais do dia a dia das associações: atividades oferecidas, quantitativo e perfil das pessoas que participavam, descrição do espaço físico, envolvimento e participação das pessoas. Tais registros se realizaram *in loco* e a todo momento, sempre e quando não atrapalhassem nem incomodassem as atividades ou os participantes. Antes de iniciar os registros, em comum acordo com a coordenação dos espaços, o pesquisador participou de atividades de cada grupo com o propósito de se aproximar e dialogar sobre a necessidade da documentação dos encontros, de modo a minimizar a interferência causada pela sua presença, nas atividades de cada grupo.

A respeito das entrevistas, foram elaborados roteiros específicos para cada entrevistado, acorde com a posição que ocupava dentro da associação e a informação que se pretendia obter de cada um deles. As entrevistas incluíram os seguintes tópicos de investigação: opinião sobre o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura; atividade cultural principal de cada instituição; relação entre instituição e o bairro; qual é a motivação de trabalhar nesse tipo de organização. O período de entrevistas e de observação participante teve uma duração de nove meses, desde fevereiro até outubro de 2016. No total, oito entrevistas foram realizadas de forma presencial e individual. As entrevistas foram gravadas com o devido consentimento do entrevistado (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE), e transcritas para seu ulterior estudo e análise, o que permitiu a não distorção dos comentários e opiniões vertidas pelos voluntários da pesquisa. É importante salientar que a coleta de informações se iniciou após aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG. Foi informado aos entrevistados que o seu anonimato seria preservado, utilizando-se um codinome no momento de apresentar os resultados. Como a principal atividade da Casa do Beco é o teatro, os codinomes escolhidos foram: Bastidores, Cenário, Espaço Cênico e Proscênio. No Grupo Luna, por sua vez, os entrevistados foram designados por nomes de instrumentos de capoeira: Berimbau, Caxixi, Atabaque e Pandeiro. É relevante destacar, ainda, que os dados coletados receberam um tratamento ético de confidencialidade e foram utilizados somente na pesquisa, mantidos sob sigilo pelos pesquisadores responsáveis pela investigação.

---

### **Pontos de Cultura : uma política cultural de base comunitária**

No contexto atual, cada vez mais a cultura é regida pela chamada “economia da cultura” ou “economia criativa” (HOWKINS, 2001), cuja estratégia é reproduzir formas consideradas bem-sucedidas que são desenvolvidas em outros países. Seguindo esses

parâmetros, a diversidade cultural é reduzida “a uma espécie de benchmarking<sup>3</sup> que faz com que as manifestações culturais de países de diferentes partes do mundo acabem sendo similares, por não dizer idênticas” (AROSTEGUY, 2016, p. 3). A política cultural implementada no Brasil no período 2004-2016, denominada “Ponto de Cultura”, teve como propósito reconhecer e fortalecer projetos culturais existentes em diversos lugares da cidade/país sem priorizar o caráter econômico (TURINO, 2010).

Como foi mencionado anteriormente, essa política cultural se desenvolve a partir do território, identifica iniciativas populares oriundas de demandas comunitárias que vão além do lucro e não se circunscrevem à lógica economicista da cultura. Isso permite que cada grupo social participe ativamente na construção da cultura, no seu território, através de um “acordo horizontal” com o Estado, e não sob a condução deste. Sobre este princípio, Turino (2010, p. 65) declara: “um Estado de ‘novo tipo’, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou, vê os invisíveis”. Assim, a política cultural Ponto de Cultura e o Programa Cultura Viva possuem como objetivos, primeiramente, “des-silenciar” o povo brasileiro e/ou “des-esconder<sup>4</sup>” o Brasil, e, por conseguinte, dar visibilidade às inúmeras iniciativas populares que cruzam o país de uma ponta a outra e que, por não corresponderem ao modelo capitalista da cultura, permanecem invisibilizadas e fora dos circuitos culturais oficiais e, por isso, desconhecidas pela grande maioria da população (SADER, 2010).

Considerando, na atualidade, o avanço do sistema capitalista neoliberal, cada vez mais determinado pelo lucro, desprende-se da leitura do livro de Célio Turino que a proposta Ponto de Cultura vai na contramão dessa lógica, pois representa uma defesa da pluralidade e riqueza que toda cultura possui, além de constituir uma das maneiras através das quais a cultura é preservada e transmitida de uma geração à outra. Contudo, é difícil reverter ou diminuir a força do capital e conseguir de fato mudar a lógica do mercado em que tudo tem preço e, portanto, pode ser comprado e vendido. E a cultura e o lazer não estão isentos disso. Desse modo, é relevante destacar duas questões sobre a política Ponto de Cultura que, aqui, são consideradas primordiais. A primeira é que tal política foi criada com o intuito de democratizar o acesso da população brasileira aos equipamentos culturais e para contrabalançar a concentração cultural predominante nas cidades com o reconhecimento da diversidade cultural existente nos diferentes territórios, antes ignorados. A segunda questão, como já mencionado, é o fato de ela reconhecer e impulsionar as manifestações culturais oriundas das comunidades sem buscar um retorno econômico ou promover uma lógica capitalista da cultura. Essas associações

---

<sup>3</sup> Según Casadesús, Heras e Merino (2005, p.179), el benchmarking "es una técnica para buscar las mejores prácticas que se pueden encontrar fuera o a veces dentro de la empresa, en relación con los métodos, procesos de cualquier tipo, productos o servicios, siempre encaminada a la mejora continua y orientada fundamentalmente a los clientes".

<sup>4</sup> O primeiro dos termos é utilizado por Emir Sader no prólogo do livro Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima, de Célio Turino (2010, p. 8), e o segundo é pronunciado por Gilberto Gil em um discurso sobre o Programa Cultura Viva em Berlim, Alemanha, em 2 de setembro de 2004 (SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL, 2010, p. 37).

funcionam, de alguma forma, como alternativa à hegemonização cultural<sup>5</sup> cada vez mais avassaladora e o mais significativo é que são iniciativas populares não impostas pelo Estado. E nessa diversidade que se verifica, através dos pontos de cultura, uma maneira de enxergar os diferentes territórios que compõem uma cidade em termos de identidade cultural e do lazer.

Segundo Bezerra e Barros (2014, p. 119), o mais relevante do Programa Cultura Viva e seu carro chefe, Ponto de Cultura, é que conseguiram “reunir, em seu eixo estrutural, as novas questões que pautam a política cultural brasileira contemporânea”, e que eles resumem da seguinte maneira:

a) O Cultura Viva parte do conceito de cultura, no sentido “antropológico”, nas dimensões cidadã, simbólica e econômica; b) traz o entendimento da promoção e proteção da diversidade cultural, compreendendo seu caráter plural e sua capacidade de interagir com as diferenças; c) inaugura um novo paradigma em relação ao tratamento dado pelas políticas públicas às culturas tradicionais e populares, sendo elas representantes do patrimônio [material e imaterial], das identidades e da diversidade cultural brasileira; d) segue a lógica da democracia e cidadania cultural; e) atua na inclusão social e cultural de grupos que foram historicamente marginalizados por uma cultura hegemônica, elitista e conservadora. (p. 119-120).

Então, por um lado, essa política cultural traz à tona a necessidade sempre premente de relacionar o pertencimento, a representatividade e a identidade das comunidades a partir do lazer e da cultura de um dado território e, por outro, na sua vocação de diálogo interdisciplinar, sobretudo, com outros campos consagrados de conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e as Ciências Políticas, o que possibilita problematizar o lazer a partir de outras noções, aparentemente não relacionadas.

### **Ponto de Cultura : política de caráter comunitário**

O fato de denominar o programa Cultura Viva e a política Ponto de Cultura como ações de base comunitária traz implícito, já na sua conceptualização, um recorte geográfico espacial específico sobre o qual a política repousa e reivindica: o de localidade, o de comunidade na sua mais ampla expressão. Isso significa que a política intenciona promover, visibilizar e fortalecer o caráter simbólico existente e palpante nas comunidades brasileiras, sem importar se são rurais ou urbanas, quilombolas ou caipiras, digitais ou “analógicas”. O único aspecto que realmente importa é que o caráter seja próprio da comunidade, que faça parte das expressões populares de um determinado

---

<sup>5</sup> Hegemonia cultural é um conceito formulado por Antonio Gramsci (2002) para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado, o que se manifesta, por exemplo, quando os interesses da alta burguesia de um país são identificados como os interesses de toda sociedade do país ou quando a historiografia se concentra apenas em grupos ou indivíduos de elite.

grupo social: que não seja criado pelo mercado da economia criativa ou imposto pelo poder hegemônico da cultura.

Dessa forma, é possível encontrar referências mais ou menos diretas ao caráter comunitário dessa política cultural em todos os documentos analisados. Por exemplo, no que diz respeito ao primeiro acervo documental analisado (Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária - MinC, 2005; Relatório de redesenho do Programa Cultura Viva - MinC, 2012; Programa Cultura Viva – Documento Base - MinC, 2013), as publicações do MinC e a questão do território, como referente das escalas de diversidade cultural inerentes à geografia, colocam de manifesto que tanto o programa Cultura Viva quanto sua ação principal, o Ponto de Cultura, “[...] são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas **comunidades**, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: **a cultura local.**” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005, p. 8, grifo nosso).

Sentença que se faz evidente em pronunciamentos oficiais como o de Gilberto Gil, ministro de cultura na época, quando poeticamente declarou:

Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a “pesca” que se faz há muito tempo, em especial nas **áreas** de risco social, nos **territórios** de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005, p. 8, grifo nosso).

Nesse discurso, os pontos de cultura não são uma mera estatística, de modo que cada ponto é um “amplificador das expressões culturais de sua comunidade” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005, p. 8) ou “um organizador da cultura em nível local [...] Enquanto o Cultura Viva pode ser identificado como uma macro-rede, o Ponto de Cultura pode ser definido como uma micro-rede” (Ibidem, p. 37).

Tratando-se de redes e territórios, é instigante pensar que existe entre eles uma interdependência, no sentido de que se entende que as redes são basicamente relações sociais como os territórios são os resultados de relações sociais de poder. Por isso, as ações que os grupos sociais têm sobre o território no qual atuam, e a forma como eles as organizam, carregam intenções implícitas que produzem significações variadas:

O Programa Cultura Viva diz algo, ou melhor, produz significados, ao direcionar recursos, ao estimular e potencializar a ação de grupos a princípio excluídos e situados em territórios menos focados por outras políticas culturais. Ao fazer isso, o CV valoriza a diversidade, tanto do ponto de vista daqueles que fazem a cultura e são reconhecidos, quanto do ponto de vista da abrangência territorial da política, que deixa de se concentrar em poucas cidades e territórios, mais bem dotados econômica e politicamente e se espalha pelo território nacional. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p. 59).

Por outro lado, com o intuito de fortalecer o programa, essa política foi implementada não só nas capitais e regiões metropolitanas, pois, buscou priorizar os municípios com menos de 10 mil habitantes. O Brasil tem o total de 5.570 municípios, dos quais 2.456 (ou seja, 44 por cento) possuem essa população. Esse objetivo, definido como expansão no território do Documento Base (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013), não alude somente à questão quantitativa, mas associa o fortalecimento da rede à visibilidade da diversidade cultural que todo grupo social possui. Por isso, assinala que caberia aos estados “um foco mais específico para a expansão das redes e para o fomento nas médias e pequenas cidades, bem como para integração da Rede Cultura Viva no seu território” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013, p. 15). Assim, entre os principais critérios de expansão, podem ser destacados os seguintes: “Considerar a existência de políticas específicas, locais e regionais” e “Estabelecer recortes prioritários das políticas públicas: territórios prioritários do Juventude Viva, territórios da cidadania, área rural, territórios com altos índices de violência, áreas ambientais degradadas, área de fronteira, IDH, dentre outros” (*Ibidem*).

Pode-se perceber que, nesses critérios, há uma preocupação com os aspectos qualitativos do território e não só quantitativos. Dentre os aspectos qualitativos se encontra o de identidade, mais especificamente o de identidade cultural. Então, seguindo esse raciocínio, é possível dizer que toda comunidade possui uma identidade cultural que se articula em três dimensões ao mesmo tempo complementares e independentes. Tais dimensões são a cultura como usina de símbolos; a cultura como direito e cidadania, e a cultura como economia (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005).

A respeito do segundo conjunto de documentos, pertencentes aos documentos legais, tais como os editais, a Lei 13.018 e as bases da autodeclaração, foi possível encontrar também referências à base comunitária como princípio elementar da política pública cultural aqui analisada, embora de uma forma mais direta e taxativa. Assim, por exemplo, nos dois editais são feitas referências à comunidade, à articulação de atividades culturais em suas localidades e à promoção do desenvolvimento cultural regional. Como regional, compreende-se o “projeto que descentralize a ação cultural, desenvolvendo suas ações no interior de Minas Gerais, sendo articulado com a **comunidade** e os atores locais, instituições culturais, artistas e produtores, e promovendo uma efervescência cultural, o reconhecimento e o fortalecimento do **valor cultural local**” (Edital Fundo Estadual de Cultura, item 15.1.4.I, 2016, grifo nosso).

Um elemento que faz parte dos critérios de seleção e aprovação dos projetos está estrategicamente relacionado ao atendimento das prioridades de territorialização do Programa Cultura Viva e do Governo do Estado de Minas/SEC (Edital de seleção para implementação de Pontos de Cultura no Estado de Minas Gerais, o item 7.3.5, 2008) e à inclusão dos 17 Territórios de Desenvolvimento do Estado (Edital Fundo Estadual de Cultura, item 17.1, 2016).

Considerando a Lei 13.018, por meio da qual se institui a Política Nacional de

Cultura Viva (PNCV), é importante destacar que ela mantém os fundamentos e as diretrizes que o Cultura Viva tinha nas suas origens. Destarte, no artigo 3º declara-se o seguinte:

A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os **povos, grupos, comunidades e populações** em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua **identidade cultural**. (BRASIL, 2014. Grifos nossos).

Diante disso, é relevante ressaltar as referências diretas e indiretas ao território que aparecem no artigo 7º, transcrito a seguir, o qual estipula o que se prioriza das entidades e grupos com o fim de serem reconhecidos como pontos e pontões de cultura:

“I - promoção de cidadania e de uma cultura de paz por intermédio de ações culturais nas **comunidades locais**;  
II - valorização da diversidade cultural e **regional** brasileira;  
III - democratização das ações e bens culturais;  
IV - fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos socioculturais que dialoguem com a **comunidade local**;  
V - reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das **populações** indígenas e das **comunidades** rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes;  
VI - valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;  
VII - incorporação dos jovens ao mundo do trabalho cultural;  
VIII - inclusão cultural da população idosa por meio da promoção do acesso desse grupo às manifestações de cultura, da oferta de oportunidades para a sua participação ativa nas diversas formas de manifestação artística e do estímulo ao **convívio social em ambientes culturais**;  
IX - capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura;  
X - promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão culturais;  
XI - fomento à criação de estruturas **locais** e assessorias técnicas para capacitação, planejamento e gestão dos pontos de cultura” (BRASIL, 2014. Grifos nossos).

Embora a autodeclaração seja decorrente da Lei 13.018, vale a pena mencionar que o texto introdutório deixa clara a vinculação com o território:

O reconhecimento como Ponto de Cultura garante uma chancela institucional importante para a obtenção de apoios e parcerias, e permite que a entidade ou coletivo se articule com os outros pontos da rede, a partir de afinidades temáticas ou do **pertencimento a um território**. (BRASIL, 2014. Grifo nosso).

Esse parágrafo guarda semelhança com o estipulado, sobretudo, no primeiro edital de 2008. Mas a principal diferença entre eles radica nos requisitos solicitados a

partir da vigência da PNCV. Através da autodeclaração, os requisitos se tornaram mais flexíveis e simples e passaram a consistir basicamente na inserção dos dados, no cadastro disponível no site do MinC, e em uma seleção simplificada que corresponde mais a uma formalidade do que a uma seleção propriamente dita. O que continua igual é a finalidade da política, já que pretende ainda apreciar a cultura realizada “na base da sociedade brasileira, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil, contemplando iniciativas ligadas à cultura de **base comunitária**”<sup>6</sup> (Grifo nosso). Outro aspecto que continua é a finalidade do MinC de, através da chancela institucional, facilitar o acionamento dos coletivos em rede, favorecendo o compartilhamento de informações, a obtenção de apoios e criação de parcerias, troca de experiências e o benefício de atuação em conjunto porque, segundo os critérios da autodeclaração, essas associações estabelecem um diálogo com sua comunidade a partir da sua capacidade de atuação social e de transformação do território.

A seguir, serão apresentados os dois pontos de cultura selecionados para o trabalho de campo desenvolvido nesta investigação: o Grupo Luna e a Casa do Beco.

### Os dois pontos de cultura pesquisados

As associações selecionadas nesta pesquisa foram o “Grupo Luna”, situado na zona leste de Belo Horizonte, e a “Casa do Beco”, localizada na zona centro-sul deste município. A Casa do Beco foi criada em 1995 e está sediada no Morro do Papagaio/Aglomerado Santa Lúcia. O espaço trabalha prioritariamente com teatro e seu elenco é formado por moradores do morro, que usam o cotidiano da favela como referência para sua pesquisa dramática e artística. Em 2003, o grupo conseguiu adquirir e inaugurar o espaço Casa do Beco, situado na Avenida Arthur Bernardes, 3876. Em 2010, o espaço passou a ser gerido por uma nova equipe, que buscou focar os esforços na formação de novos cidadãos com olhares sensibilizados para o poder de transformação da arte. O objetivo principal da instituição é desenvolver atividades artístico-culturais que busquem representar a vida no morro a partir das perspectivas de quem nele vive; procurando dialogar com referências distintas dos estigmas de violência e miséria. Ainda em 2010, a instituição tornou-se Ponto de Cultura e recebeu a condecoração “O Grande Colar do Mérito Legislativo”, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo projeto “Teatro na Laje”. Consolida-se também, naquele mesmo ano, o projeto Cine Beco, coletivo de jovens que busca viabilizar a atividade audiovisual na Casa, com curadoria e exposições próprias. Em 2011, cria-se o grupo de teatro “Entre elas”, composto por senhoras do morro.

A Casa implantou as primeiras oficinas técnicas em 2012: de caracterização

---

<sup>6</sup> Cultura Viva: <http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/>. Acesso em 29 ago. 2018.

cênica, de iluminação (junto com o Núcleo Técnico) e de audiovisual (junto com a Quarteto Filmes). A instituição tem garantido uma intensa programação artística por meio de parcerias com vários grupos teatrais da cidade. As apresentações acontecem tanto na Casa quanto nas praças e ruas da favela. Em 2013, a Casa passou a integrar a “*Red Latinoamericana de Teatro en Comunidad*” e tornou-se um dos principais mobilizadores da Rede Brasileira de Teatro Comunitário. Além disso, também naquele ano, foi criado um novo grupo artístico, a Companhia Movimento do Beco, um coletivo de dança urbana e contemporânea formado por jovens do morro. No ano 2014, a Casa foi novamente homenageada com o “Título de Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte”, pelos 18 anos de trabalho em sua comunidade. Entre os anos 2015 e 2016, a instituição continuou potencializando suas ações pedagógicas e de programação. Implantou o projeto Multiplicando Multiplicadores, que visa formar educadores para aplicar atividades artísticas em sala de aula e realizar os espetáculos que são repertório da instituição (“Estima”, “O Morro do Pássaro Falante” e “Quando eu vim para um Belo Horizonte”). “Entre Elas” problematiza o tema de ser mãe na favela, e o Grupo do Beco estreou, em 2016, seu novo espetáculo “Micro Mundo”. Assim, a Casa do Beco vem tentando fazer com que o teatro, atividade popular em sua origem, mas elitizada nestes tempos, seja acessível a todos os cidadãos (LIBÂNIO, 2016).

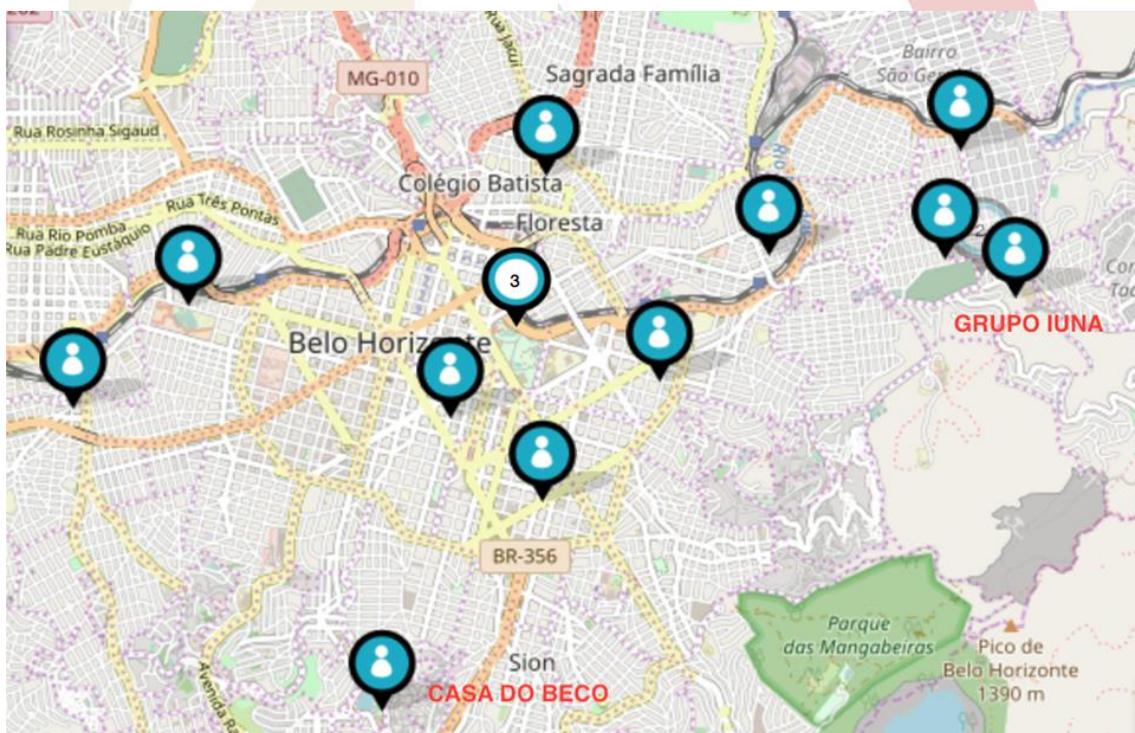
O Grupo Luna foi fundado em 1983 pelo Mestre Primo, morador da comunidade do bairro Saudade, com a proposta de preservar a capoeira de Angola e transmiti-la para as pessoas menos favorecidas. Há um tempo vem sendo apoiado por duas Organizações Não Governamentais (ONGs) italianas. Desde o ano 2006, a *Santo Ângelo* envia recursos financeiros para arcar com os custos dos serviços de luz, gás, telefone, Internet, e manutenção geral do espaço. A segunda ONG, a *Nuovo Spazio*, ajuda a viabilização do projeto “Para casa”, que consiste em dar apoio aos alunos da formação fundamental quanto às tarefas escolares. É um apoio extraescolar e tem ajuda de custo para cinco educadores, que como requisito têm que pertencer à comunidade, assim como os estudantes. Em 2009, o Grupo Luna foi reconhecido como ponto de cultura e se transformou no Centro Cultural e Social Dona Luisa, em homenagem à mãe do Mestre. Encontra-se localizado no número 1500 da rua Doutor Brochado.

Os principais objetivos do Grupo Luna são cultivar e transmitir a história da capoeira Angola, enquanto patrimônio cultural e imaterial afro-brasileiro, e difundir as variadas expressões culturais e artísticas desse povo. É a partir disso que o grupo se compromete em promover a valorização integral da comunidade, a fim de combater preconceitos e discriminações de qualquer natureza. O coletivo pretende atingir essas metas através da reeducação e formação permanente dessas crianças e jovens atendidos pela associação. O Grupo Luna visa, como projeto político, contribuir com a educação e com a formação ética, política, humana e social de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, através de atividades que estimulem a solidariedade, o desenvolvimento pessoal e a busca de uma melhor qualidade de vida. Além de defender

o respeito aos direitos sociais e a inclusão cidadã. Para isso, o luna desenvolve as seguintes ações:

- Programa Cultural: dentro desse programa, se encontram as aulas de flauta, violão e a orquestra de berimbaus.
- Programa Geração e aumento de renda: oferece apoio e incentivo aos empreendimentos das mães da comunidade. Busca sua viabilidade econômica gerando dividendos para as famílias que participam.
- Programa Socioeducativo: concessão de bolsas de estudos e culturais aos jovens para realizar cursos universitários tais como: Sociologia, Jornalismo, Psicologia, História, Educação Física. Assim como também para os cursos técnicos de Inglês e Informática, Oficina de Photoshop e Teatro.

**Figura 1** – Localização dos dois pontos de cultura pesquisados



**Fonte:** Elaboração própria através do site do Programa Cultura Viva: [culturaviva.gov.br/](http://culturaviva.gov.br/)

A Figura 1 indica a localização da Casa do Beco e do Grupo Luna, em Belo Horizonte, e nos permite visualizar onde cada um deles está situado em relação ao centro e aos principais equipamentos culturais da cidade. Esse mapa permite visualizar a localização das duas associações em relação à área central da cidade, indicada com a denominação Belo Horizonte. Apesar de estarem relativamente próximas da região central, ambas as associações manifestaram a dificuldade de atrair e fidelizar público, tanto externo quanto interno. As pessoas que não residem nesses bairros dificilmente se

deslocam para assistir a uma peça de teatro na Casa do Beco, ou para participar de uma roda de capoeira angola no Grupo Luna. O que diz respeito ao público interno, a dificuldade maior é convencer que essas atividades são para eles, e não estão direcionadas aos habitantes de outros bairros da cidade. Obviamente, outros fatores contribuem para isso, tais como o fato dessas associações estarem situadas em áreas de vulnerabilidade social, ou seja, em bairros economicamente desfavorecidos, pejorativamente chamados de favelas.

Apresentada, no tópico anterior, a base comunitária que fundamenta a política Ponto de Cultura, bem como as duas associações selecionadas nesse estudo, o próximo item é dedicado às articulações do lazer que os dois pontos de cultura fazem nas suas comunidades.

### **O lazer comunitário: articulações dos pontos de cultura no território**

Ao pensar no significado da palavra comunidade, o primeiro que vem à mente são coisas boas (BAUMAN, 2003), que sentimos prazer de tê-las por perto, momentos, situações que nos fazem querer ou sentir falta do que se compartilha, do comum. A ideia sobre a qual esse tópico discorre é que o lazer, assim como a cultura, muitas vezes envolve ações coletivas, e estas fazem parte da dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 1997). Nesse sentido, é possível compreender o lazer como mais um elemento de identificação e conexão que as pessoas possuem com o território onde habitam, circulam, ocupam. Enquanto componente simbólico-afetivo do território (TUAN, 2012), o lazer faz com que o ser humano tenha uma ligação afetiva com vários bairros, espaços, comunidades dentro do contexto da cidade.

Na sequência, descrevemos as dimensões simbólicas que cada ponto de cultura possui em relação ao seu bairro, sua comunidade. Para clarificar os resultados obtidos, a discussão foi subdividida em duas categorias: a) atividades de lazer e b) sentido de lugar.

Com a primeira categoria, busca-se compreender de que maneira as experiências de lazer desenvolvidas pelos pontos de cultura são apropriadas pelas pessoas que neles atuam (funcionários e educadores/professores) e instigam o estabelecimento de vínculos simbólico-afetivos com a comunidade em termos de identificação, representatividade e pertencimento. Em última instância, o que se pretende abordar, aqui, é o entendimento de que a experiência de lazer e a sua vivência cultural e social são profundas e intrínsecas ao ser humano.

Em relação às atividades de lazer, é importante salientar que no Morro do Papagaio o que mais se observa são manifestações culturais independentes e artistas individuais, e segundo Cenário “o que mais existe atualmente são grupos musicais de estilos diferentes, artistas plásticos, poetas, grupos de dança, todos eles informais”. Conforme relatado em uma entrevista:

[...] de forma organizada, sistematicamente, com esse lugar do enquadramento burocrático, pra concorrer com lei de incentivo, só tem dois, que é a Casa do Beco e o pessoal de Diversidade, que é o pessoal que está gerindo a CUFA, que é a Central Única das Favelas. (Cenário)

O que se desprende das entrevistas e da observação efetuada no trabalho de campo, é que a Casa do Beco faz questão de participar da vida do bairro, de estar presente para debater as questões e os problemas locais, ela tem o desejo de se ocupar com a vida do bairro e manter um vínculo com a comunidade. Já o Grupo Luna, no bairro Saudade, a realidade é diferente. Considerando essa associação cultural, foi constatado que a maioria dos espaços públicos destinados a atividades de lazer estão localizados no Alto Vera Cruz, o bairro vizinho.

A esse respeito, Berimbau manifesta que “não tem outros centros culturais, só tem o Grupo Luna [...]. O Alto Vera Cruz tem muitas mais atividades e muita mais ajuda do governo que aqui”. A entrevistada ressalta: “atividades culturais não. O que tem é em junho, julho, as quadrilhas, as festas juninas e poucos shows, são pontuais, de vez em quando montam na rua um palanque”.

Ao seguir essa linha, Pandeiro acrescenta:

Tem no Alto Vera Cruz, lá em cima, um centro cultural que é do governo, mas eu não sei como funciona. [...] O Alto Vera Cruz está recheado disso aí [...]. Têm poucas, tinha muitos. Tinha mais, mas vai acabando porque o sistema ele vai acabando com cada um.

Através das entrevistas e da observação, percebeu-se que as pessoas do bairro Saudade não têm tanto conhecimento do Grupo Luna, e também que essa associação não está presente nas ruas, deixando de participar das reuniões da associação de moradores, por exemplo. Talvez a razão esteja na disparidade de opiniões dentro da associação. Enquanto Berimbau disse que “a gente está sempre trocando, sempre articulando. Sempre que tem alguma coisa eles vêm e sempre chamam a gente pra participar de lá”, Pandeiro relata que as “Meninas de Sinhá, eu não sei como elas estão. Ele [Flávio Renegado] está lá e também não sei como é que funciona”.

Apesar disso, um ponto em comum entre ambas as instituições estudadas é o motivo pelo qual o teatro e a capoeira se converteram na principal atividade desses dois pontos de cultura, o que está relacionado ao interesse pessoal de seus fundadores. Nessa atividade radica a sua identidade, a sua marca e o legado que querem deixar no território. E como uma via de mão dupla, a comunidade vai incorporando essa atividade de lazer cultural como característica identitária própria ao grau de conseguir ser identificada com o teatro ou com a capoeira. Por isso, nas entrevistas com os diretores de ambas as associações, ficou claro que não se imaginavam fazendo isso em outro bairro/comunidade que não fosse onde eles nasceram, se criaram, cresceram e moram até o dia de hoje. Simplesmente não faria nenhum sentido. Tais experiências artísticas,

de lazer e culturais só fazem sentido quando são pensadas, executadas e compartilhadas com os seus vizinhos, amigos e conhecidos nos seus próprios territórios. Essas duas partes são inseparáveis: a experiência em si e o lugar onde ela se desenvolve.

Sobre esse aspecto, é importante refletir sobre a segunda categoria tratada neste texto. Sentido de lugar, que é a identificação subjetiva que os habitantes possuem com o território onde vivem. Por conseguinte, não existem duas identificações idênticas, uma vez que para cada pessoa, há um sentido de lugar diferente. Segundo Tuan (1983), o espaço se transforma em lugar quando a pessoa lhe transfere valores, sentimentos, pensamentos, ou seja, o dota de sua subjetividade, que coloca em jogo também todas as outras subjetividades coexistentes. Desse modo, é possível enxergar o sentido de lugar como algo no qual as pessoas colocam sua subjetividade e produzem de maneira inconsciente uma identificação territorial (BUTTIMER, 1985) ou uma fixação existencial (DARDEL, 2015).

Nessa mistura entre identidades, sentimentos, afetos, paixões, metafísica, processos histórico-políticos, Milton Santos (2002) explica o seguinte:

No lugar – cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (p. 322).

Assim, o sentido de lugar permite identificar a forma pela qual as pessoas atuantes nos dois pontos de cultura concebem o respectivo bairro e se conectam com ele além do que está materialmente visível, além do que a realidade física manifesta (HAESBAERT, 1997).

As entrevistas realizadas com pessoas vinculadas aos dois pontos de cultura evidenciaram alguns traços de subjetividade que refletem sentimento, emoção, conexão com esse lugar específico: a comunidade. Nessa direção, é pertinente trazer a fala de Bastidores quando descreve sua ligação com a Casa do Beco:

E eu não me vejo sem a Casa do Beco. Não me vejo mesmo. Já recebi propostas boas, mas não tem esse trabalho que a Casa do Beco tem, do carinho, da preocupação com o ser humano, independente se é um morador da favela, se é um morador do bairro. Pra gente não faz diferença nenhuma. (Bastidores).

No que diz respeito ao Grupo Luna, percebe-se uma intensidade similar em relação à identificação subjetiva e ao sentimento de pertencimento. Assim, Pandeiro, já

desde o início da entrevista, deixa transparecer sua forte ligação com o território quando salienta:

Antes a gente ficava, tive na cidade um espaço, em várias universidades, nos D.A., dei aula em espaço alugado, aluguei vários espaços na Savassi, no Santa Efigênia, Santa Teresa ou outros lugares. O Grupo sempre procurou esse território para poder desenvolver o pensamento da capoeira e toda a questão que a gente defende.

Cabe salientar que as instituições também favorecem a criação de vínculos sociais com os habitantes do bairro que as frequentam, embora seja um grupo reduzido considerando o total de moradores que ali habitam. Assim, as associações como Grupo Luna e Casa do Beco funcionam como nexo entre os habitantes, como lugar de encontro e sociabilização entre eles. Praticamente, nos relatos dos oito entrevistados, foi possível identificar o sentido de lugar, de pertencimento em cada território investigado. Por tudo isso, a iniciativa de abrir uma associação cultural nesses bairros deveu-se a uma questão pessoal, íntima e subjetiva dos respectivos diretores ou coordenadores dos espaços. Somado a isso, está o fato ideológico-político do significado que possui a existência de uma associação com essas características nesses dois bairros específicos. A questão de ter esse espaço cultural nesses lugares da cidade faz todo sentido para os dois diretores/coordenadores, e está bem nítido que a localização geográfica passa por uma questão de resistência, de luta, de convicção pessoal que, pelo menos nos dois casos estudados, encontra eco na comunidade como um todo.

### Considerações finais

É importante deixar registrado que as duas associações pesquisadas eram um “sonho de vida” das pessoas que as criaram e também, em maior ou menor grau, de todas as pessoas atuantes que foram entrevistadas. O fato de ter a possibilidade de trabalhar diariamente para oferecer diversas manifestações culturais e de lazer no seu bairro havia se tornado realidade porque representava não só uma ligação individual com o território, senão também das pessoas que ali residem. Ou seja, era uma das maneiras que tinham de estar ligados à comunidade. Pode-se constatar que esse sentimento esteve presente nas falas de todos os entrevistados. E é aí que a comunidade cobra seu sentido mais profundo e amplo. Ao mesmo tempo que é o lugar onde as pessoas se sentem seguras, é o que as representa em termos de identidade, é o que as estimula para atuar todos os dias em prol desse grupo social, é o que as mobiliza para conseguir melhores condições culturais e de lazer para o bairro.

À primeira vista isso pode parecer uma utopia, no sentido da frase que o grande geógrafo Milton Santos uma vez proferiu: “a utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo

factiveis” (SANTOS, 2000, p. 71). Essas palavras parecem ter inspirado Célio Turino a escrever o livro *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima* (2010) e por sua vez, ajudado a que uma política cultural pública, como os Pontos de Cultura, se espalhasse por todos os cantos do Brasil nos seus 12 anos de existência. Por isso, considera-se que a citação de Milton Santos é eloquente e inspiradora por ser justamente contraposta ao sentido etimológico de utopia. Nela, está implícita a ideia de construção, levando em consideração o que há ao nosso redor. Ou seja, a utopia é exatamente aqui e agora, é algo possível e alcançável por nós, mas temos que estar alertas e antenados para saber quais são as maneiras de atingi-la. É justamente nesse desejo latente que radica a força do Ponto de Cultura.

Desse modo, é relevante frisar que ambas as associações se reconheciam como pontos de cultura antes mesmo da política cultural ser criada, ou seja, no sentido figurado do termo, elas já atuavam e se sentiam como espaços propulsores de cultura. Este sentimento, o de ser um espaço que irradia cultura, apesar de todas as dificuldades, é o que outorga sentido e fundamenta o acionar deles. Em outras palavras, é o coração que bombeia sangue para que esses sonhos sejam consumados sem ficar paralisados pelo tamanho e nem pela quantidade de obstáculos. Isto ficou ainda mais palpável quando os dois diretores disseram que não se imaginavam fazendo o mesmo em outro bairro que não fosse aquele no qual nasceram, se criaram, cresceram e moram até o dia de hoje. Simplesmente, não faria nenhum sentido. Tais experiências culturais e de lazer só fazem sentido quando são pensadas, executadas e compartilhadas com os seus vizinhos, amigos e conhecidos em suas próprias comunidades.

Hodiernamente, embora cada associação tenha mais atividades e ofereça propostas para um público mais amplo e diverso, tem muito claro qual é sua atividade principal, o seu carro-chefe. Nesta atividade reside a sua identidade, a sua marca e o legado que querem deixar no território. Foi assim que se evidenciou que são justamente estas atividades/práticas/experiências de lazer que permitem e/ou favorecem a ligação do ser humano ao espaço geográfico.

Neste sentido, cabe acrescentar um dado relevante. Das oito pessoas entrevistadas, seis moram, trabalham e usufruem destes territórios. Das duas restantes, uma conviveu quase que diariamente pelo período de nove anos e, a outra, de segunda a sexta a associação é a sua “segunda casa”. O fato da maioria delas morar na comunidade faz com que essas propostas de lazer alcancem um sentido mais profundo, já que são destinadas a pessoas com as quais eles convivem e tem a ver com a identidade do território que eles querem construir e projetar. Neste sentido, as pessoas que usufruem o lazer e a cultura em seus bairros apoiam e se identificam completamente com estas vivências e as preservam com o intuito de que continuem crescendo e atingindo cada vez a mais indivíduos.

Por tudo o que foi dito nas entrevistas e percebido nas observações de campo, pode-se dizer que o lazer e a cultura desempenham um papel crucial de ligação do ser

humano com a comunidade, uma vez que o indivíduo expressa, tanto de maneira consciente como inconsciente, toda sua subjetividade em estreita relação com seu território. E é a partir dele que vai construindo sua identidade como sujeito e como parte de um coletivo, sendo influenciado e influenciador do espaço geográfico e criando raízes tanto físicas e/ou objetivas (que tem a ver com a moradia, as alternativas de transporte público, a existência de hospitais, escolas e demais comércios de primeira necessidade, como, por exemplo, farmácias e supermercados) quanto simbólicas e/ou subjetivas (amizades, família, vivências) com este espaço.

Finalizando, foi possível compreender que a articulação entre lazer, território e política cultural funciona a partir de uma determinação que é um desejo vinculado ao afetivo, à identificação, à representação e ao sentido de pertencimento, de querer concretizar esse tipo de experiência cultural e de lazer nesse território específico: a comunidade. Portanto, pode-se dizer que a comunidade, e tudo o que ela representa, não está instituída somente na teoria, nos textos do Ministério da Cultura ou editais, é “instituinte” na prática, porque está presente na dinâmica que as duas associações articulam nos seus espaços e é o que buscam atingir e preservar no seu acionar cotidiano.

## REFERÊNCIAS

AROSTEGUY, Agustín. **Território e Experiências culturais**: apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG. 2018. 182 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Área de Concentração em Identidade, Sociabilidade e Práticas de lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

AROSTEGUY, Agustín. Los desafíos de las ICCs en el entorno capitalista neoliberal contemporáneo. *In*: CUENCA, Jaime.; AHEDO, Ruth. (Eds.) **Efectos sociales del ocio y las industrias creativas y culturales**: una mirada desde diversos ámbitos, colectivos y contextos. 1 ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 2016. p. 77-91.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEZERRA, Jocastra H. e BARROS, José. M. O Cultura Viva e sua potência discursiva. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.2, n.7, p. 118-135, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Cultura Viva. **Lei nº 13.018**, de 22 de julho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm)>. Acesso em 02 ago. 2016.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 165-193.

CASADESÚS, Martí; HERAS, Iñaki; MERINO, Javier. **Calidad práctica**: una guía para no perderse en el mundo de la calidad. Barcelona: Prentice-Hall, 2005.

CASA DO BECO – **História**. Disponível em: <<http://casadobeco.org.br/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

CULTURA VIVA. **Critérios para a certificação simplificada**. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/criterios-da-autodeclaracao/>>. Acesso em 17 jul. 2017.

CULTURA VIVA. **O que é a Política Nacional de Cultura Viva – PNCV**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acesso em 02 ago. 2016.

CULTURA VIVA. **Cultura Viva: saiba mais!** Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/>>. Acesso em 29 ago. 2018.

DARDEL, Éric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPO IUNA. CD-ROM de divulgação.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.3, p.20-32, jan. 1997.

HOWKINS, John. **The Creative Economy**: how people make money from ideas. London: Penguin, 2001.

LIBÂNIO, Clarice. (org.) **Grupo do Beco e Casa do Beco**: 20 anos de trajetória artística e comunitária. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2016.

MATOS, Marcelo. **A sensibilidade do lugar**: uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia, Área de Concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Cultura Viva**: documento base. Brasília: MinC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília: MinC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária.** Brasília: MinC, 2005.

SADER, Emir. Prefácio. *In*: TURINO, Célio. **Ponto de Cultura.** O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL. **Almanaque Cultura Viva.** Brasília: MinC, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. **Edital Fundo Estadual de Cultura 02/2016 – Pontos e Pontões de Cultura,** de 20 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/Fundo%20Estadual%20de%20Cultura%20%20Edital%2002%202016%20%20Pontos%20e%20Pont%C3%B5es%20de%20Cultura.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. **Edital de Seleção para Implementação de Pontos de Cultura no Estado de Minas Gerais,** Nº 01, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/edital-pontos-de-cultura-de-minas-gerais-194313/10883/maximized](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/edital-pontos-de-cultura-de-minas-gerais-194313/10883/maximized)>. Acesso em: 23 ago. 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia - um estudo da percepção:** atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edeal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura.** O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

### Endereço para correspondência

José Mármol 860. Depto 3  
CP: 1236. Boedo. CABA.  
Bs. As. Argentina

Recebido em:

15/04/2020

Aprovado em:

01/07/2020